



4833 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT11 - Política de Educação Superior

QUINZE ANOS DE SINAES: CONQUISTAS E EXPECTATIVAS

Fabio Roberto Pillatt - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Maria Cristina Pansera de Araujo - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

QUINZE ANOS DE SINAES: CONQUISTAS E EXPECTATIVAS

Resumo: Este trabalho concentra-se na análise dos caminhos percorridos pela educação superior brasileira e na maneira como as ações propostas pelo SINAES estão conduzindo as IES no processo de melhoria da qualidade. O esforço investigativo busca analisar a compreensão acerca dos quinze primeiros anos de atuação do SINAES, quanto à fidedignidade do modelo e sua capacidade de atestar a qualidade educativa. A pesquisa encontra-se em fase de execução, com finalidade exploratória, de natureza quantitativa e qualitativa, tendo como base empírica 280 professores universitários, gestores e pesquisadores educacionais, distribuídos em todas as regiões do Brasil. Realizou-se análise quantitativa do perfil dos participantes, a partir das respostas obtidas, e qualitativa das informações, com a ferramenta Atlas.TI. Como resultado parcial da pesquisa é possível detectar divergências significativas entre a proposta original do SINAES e sua atual instrumentalização. Como continuidade do trabalho está prevista a análise qualitativa das interpretações docentes e suas significações de acordo com os perfis da população-alvo participante.

Palavras-chave: SINAES; Avaliação; Regulação; Emancipação.

INTRODUÇÃO

A LDB destaca que o ensino deve ser ministrado para garantir padrão de qualidade. Os critérios de qualidade da educação superior são definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2004). Sua instrumentalização ocorre por Decretos, Portarias e Normas Técnicas. Passados quinze anos da implantação do SINAES, faz-se oportuna uma reflexão acadêmica sobre seu impacto na educação superior brasileira. A compreensão deste modelo avaliativo passa por reflexão histórica de sua constituição, por análise do contexto socioeconômico, bem como, pela influência de outros modelos nacionais e internacionais em sua concepção. O SINAES resulta da conjuntura sistêmica, entrelaçada por questões políticas, econômicas e culturais, com a intrínseca missão de reduzir a dicotomia entre regulação e emancipação.

Sobrinho (2008) e Cardoso e Sobrinho (2014) afirmam que a atual instrumentalização do SINAES desvia-se do proposto, visto que se fundamenta no uso de indicadores para determinar os níveis de qualidade da educação superior, num modelo técnico e objetivista, assumindo a racionalidade mercadológica e reguladora em detrimento da pedagógica e educativo-emancipadora. Segundo Ravitch (2011), quanto mais qualquer indicador social quantitativo for usado para tomada de decisão social, mais será sujeito a pressões corruptoras e distorção dos processos sociais, que deve monitorar. Nesta direção, pressões corruptoras no processo avaliativo quantitativo instrumentalizado pelo SINAES dissimulam a frágil concepção de qualidade expressa pelos indicadores do atual modelo. Estas pressões estão no processo de avaliação constituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A hipótese é que os indicadores de qualidade utilizados na instrumentalização do SINAES podem ser considerados frágeis para expressar a qualidade de cursos ou IES brasileiras. Mesmo sendo os indicadores importantes para verificar, controlar e mensurar a eficiência das ações educacionais numa racionalidade avaliativa regulatória, os "rankings de qualidade" oriundos dos resultados de tais indicadores e utilizados para promover um maior esforço institucional também se fragilizam, visto que o entendimento de "qualidade" se insere numa lógica objetiva e regulatória, que fere os preceitos do SINAES.

Neste contexto, se objetiva analisar a compreensão docente acerca dos quinze primeiros anos de atuação do SINAES, quanto à fidedignidade do modelo e capacidade de atestar, por meio de indicadores, a qualidade da educação superior brasileira. Para tanto, foi utilizado o método exploratório, de natureza quantitativa e qualitativa. Iniciou-se com revisão bibliográfica e documental sobre SINAES, seu modelo e contexto instrumental. Em seguida, desenvolveu-se pesquisa *Survey*, com questionário, numa população-alvo de professores universitários, gestores educacionais e pesquisadores da educação superior. O questionário foi disponibilizado em plataforma Web e encaminhado para instituições de educação superior de todos os Estados brasileiros, sem priorizar IES ou região. Realizou-se análise quantitativa do perfil dos participantes, a partir das respostas obtidas e qualitativa das informações, com a ferramenta Atlas.TI (ATLAS.TI, 2019).

PRIMEIROS RESULTADOS

Após aplicação dos filtros, a população-alvo constituiu-se de 280 participantes com o seguinte perfil, quanto a: *função exercida* - 66% de professores, 58% de gestores institucionais, 34% de pesquisadores e 18% de pessoas, com outras funções; *titulação*, 5% pós-doutor, 35% doutor, 41% mestre, 16% especialista e 3% apenas graduado; *regime de trabalho*, 71% tempo integral, 10% tempo parcial e 19% horista; *tempo de experiência educação superior*, 66% com mais de 10 anos; *tipo instituição*, 37% em Universidades, 20% em Centros Universitários, 33% em Faculdades e 10% em Institutos Federais; *organização administrativa da IES*, 58% em instituições privadas, 33% em públicas e 9% em comunitárias; *região de atuação*, 39% sudeste, 25% nordeste, 20% sul, 10% centro-oeste e 6% norte. Observou-se que 70% deles fazem ou fizeram parte do NDE de seus cursos; 48% participam ou participaram da CPA de sua IES; e 36% fazem ou fizeram parte do BASis.

Sobre o processo de aferição do conceito de qualidade de uma instituição de educação superior ou dos cursos em que

atuam, 37% reconheceu o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) como indicadores que melhor representam a qualidade. O Conceito de Curso (CC) e o Conceito Institucional (CI) foram indicados por 35% deles; o material disponibilizado pela CPA foi lembrado por apenas 19% deles; e 9% não soube responder.

Em relação aos documentos e informações utilizados na elaboração dos PPCs, 59% dos participantes elencou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) ou o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos; e 34% o relatório de avaliação, elaborado pela última comissão do INEP in loco. As portarias normativas das diretrizes e conteúdos avaliados no ENADE e o Relatório de Desempenho de Curso da última turma que realizou o exame, disponibilizados pelo INEP, foram indicados, respectivamente, por 27% e 21% deles. O relatório de autoavaliação disponibilizado pela CPA e informações sociodemográficas da região foram lembrados, respectivamente, por 22% e 19%; e as informações provenientes do programa de acompanhamento de egressos foram indicadas por apenas 18% deles.

Na terceira questão, 49% respondeu que os indicadores de qualidade atribuídos à IES (IGC) e/ou ao curso (CPC), onde atuam, refletem o seu real nível de qualidade. No entanto, 41% afirmou que os indicadores NÃO representam a qualidade de sua IES ou curso, pois 33% aponta maior qualidade do que a aferida pelos indicadores e 8% menor qualidade. Não souberam responder 10% dos entrevistados.

Ainda sobre o IGC ou CPC, que são publicizados à comunidade externa, 48% deles acredita que a promoção de um *ranking* das melhores IES para fomentar a qualidade das mesmas fragiliza o processo. O entendimento de "qualidade" resultante de lógica objetivista e regulatória não representa o nível de qualidade da IES. Para 39% deles, a divulgação dos indicadores à comunidade externa constitui estratégia correta do MEC, ao garantir que as IES busquem o topo do ranking e, desta forma, se preocupem em ampliar sua qualidade, numa postura concorrencial salutar entre pares; 13% alega não possuir opinião sobre a questão.

Quanto a IES ou curso promover ação preparatória para ENADE, 66% deles respondeu que SIM; 30% que NÃO e 4% não soube. Ademais, 36% deles afirmou haver tratamento diferenciado de professores ou gestores educacionais em relação às turmas que participam do ENADE. Os principais tipos elencados foram: (1) maior solicitude e acompanhamento mais próximo; (2) maior ou menor rigor nas avaliações; (3) oferta de novas experiências de aprendizagem; (4) ações de treinamento; (5) atividades de revisão de conteúdo; (6) bonificações e privilégios; e (7) orientações sobre a importância do ENADE.

A interferência discente ou institucional na atuação docente, em função do ENADE foi observada. Neste contexto, 41% alegou algum tipo de pressão oriunda dos estudantes enadistas, da instituição ou de ambos. As principais interferências foram: (1) condicionar o engajamento discente com bonificações; (2) ameaças de baixo desempenho discente proposital; (3) orientação institucional para reprovar ou aprovar alunos conforme inscrição; (4) mudanças metodológicas; (5) interferência institucional no conteúdo pelas fragilidades detectadas; (6) maior atenção às turmas de alunos enadistas.

Por fim, 61% acredita que a qualidade da educação superior progrediu em relação ao período pré-SINAES. Outros (39%) afirmam que não houve evolução e até regressão, no período. As melhorias propostas para o modelo avaliativo foram: (1) Reformulação dos instrumentos de avaliação; (2) maior rigor avaliativo e exposição dos resultados; (3) modelo avaliativo mais formativo e menos regulador; (4) atenção ao contexto local e ao tipo de organização universitária; (5) maior responsabilidade dos estudantes na realização da prova; (6) capacitação dos membros do BASis; (7) suprimir o ranqueamento das IES e o caráter punitivo do modelo; (8) ênfase no processo de autoavaliação institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo acerca do SINAES, bem como, as informações preliminares da pesquisa *Survey*, cabe advertir que, apesar da sua importância, é temerário assumir como verdade os resultados obtidos por intermédio dos indicadores de qualidade, no complexo cenário da educação superior brasileira. Um modelo avaliativo no contexto educacional deve usar o ferramental regulatório e a racionalidade instrumental para alcançar seus objetivos, mas a legitimidade deve estar alicerçada em olhar intersubjetivo do conhecimento, fortemente influenciado por fenômenos socioculturais. A combinação epistemológica entre os modelos objetivista-quantitativo-regulatório e subjetivista-qualitativo-emancipatório se torna substancial para melhor compreensão da educação e do seu modelo avaliativo.

Ademais, um fator por vezes desconsiderado nas análises dos resultados dos indicadores fornecidos por testes como o ENADE, é que estes podem se tornar inválidos se for gasto muito tempo preparando os estudantes para realiza-los. O treinamento excessivo dos estudantes para o teste distorce o propósito de avaliar aprendizado e conhecimento, focando nos escores.

O uso de testes em si não é problema nas práticas avaliativas, mas sim, como é feito. Quando o propósito da testagem é informativo e diagnóstico, constitui poderosa ferramenta de orientação para análise mais acentuada do objeto da avaliação para sua melhoria. Porém, quando responsabilização e penalidades são vinculadas aos resultados dos testes, a preocupação deixa de ser a qualidade da educação e passa a ser os escores. E, neste cenário, as pressões corruptoras se fortalecem.

A análise qualitativa dos dados da pesquisa *Survey*, pela análise textual discursiva com a ferramenta Atlas.TI, ainda proporcionará a identificação das significações interpretativas dos participantes.

REFERÊNCIAS

ATLAS.TI. Disponível em: . Acesso em: 21/01/2019.

CARDOSO, R. M.; SOBRINHO, J. D.. Avaliação e Educação no Brasil: Avanços e Retrocessos. Série Estudos-Periódico PPGE da UCDB. n.37, p. 263-273, jan./jun/2014.

RAVITCH, D.. Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed. Brasília: INEP, 2004.

SOBRINHO, J. D.. Qualidade, Avaliação: do SINAES a Índices. Avaliação, Campinas, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.